

O pacote pode ser feito para incluir dinheiro novo

por Cláudia Sotelle
de Brasília

O governo da Nova República começa a admitir a possibilidade de renegociar todo o pacote plurianual, montado pela gestão anterior, para o reescalonamento do principal da dívida externa de 1985 a 1991. Parece claro para a área econômica que a dispensa de "new money", que representava o ponto crucial do acerto elaborado pelo ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, não mais corresponde à realidade. "Nós devemos começar tudo do zero", adiantou ontem uma qualificada fonte oficial, sob o argumento de que "o quadro é totalmente novo em relação ao pacote montado em novembro do ano passado pela Seplan e pelo Banco Central".

A realidade que se apresenta hoje é muito mais complicada que a desenhada nas hipóteses de balanço de pagamentos projetadas até 1991 pelo governo passado.

Ninguém mais, no governo, acredita na possibilidade de apurar, neste ano, um superávit comercial da ordem de US\$ 12,9 bilhões e não pretende, por outro lado, compensar a queda receita comercial com reservas cambiais. "Temos um fluxo de caixa de US\$ 8 bilhões, e esse é o nosso poder de barganha", sustenta a fonte, suspeitando que o superávit na balança de comércio poderá situar-se na casa dos US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões, o que geraria uma inevitável necessidade de buscar "new money" junto aos bancos privados internacionais.

PERFORMANCE INCONSISTENTE

Os três primeiros meses do ano — março indica um superávit de cerca de US\$ 800 milhões, ou seja, 25% a menos que o mesmo mês do ano passado — "eviden-

ciam que a performance não é consistente com a meta inicial de US\$ 12,9 bilhões". E se a premissa básica é não perder reservas internacionais, a necessidade de dinheiro novo é uma questão aritmética, sustentam os técnicos do governo estreitamente ligados ao assunto.

Nos próximos dias 15 a 17 o ministro do Planejamento, João Sayad, e o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, estarão em Washington para a reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesta ocasião eles procurarão estabelecer uma data para o reinício das conversações com o FMI. Não há muita pressa por parte do governo brasileiro. A intenção é fazer um acordo com o FMI que reflita nova realidade e, como este acordo é condicionante para o restabelecimento das negociações com os bancos privados e Clube de Paris, admite-se mesmo a hipótese de não mais incluir o ano de 1985 no pacote plurianual.

EXTENSÃO DA FASE II

Caso esta seja a melhor alternativa, o governo brasileiro administraria o setor externo mediante uma prorrogação do "interim agreement", que vence no dia 31 de maio. Isto significa simplesmente a extensão da Fase II da renegociação da dívida para o restante do ano. Esta é uma hipótese. Mas a necessidade de voltar ao mercado financeiro para negociar dinheiro novo se mostra evidente, conforme os técnicos oficiais. Uma fonte qualificada da área econômica lembra que o pacote do governo anterior, praticamente fechado com os bancos internacionais, partia da "presunção de que o mercado financeiro voltaria a suprir normalmente as demandas eventuais de novos recursos, o que não parece consistente".